

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 117

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PTB.....	Ademar Traiano
PMDB.....	Orlando Pessuti
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Péricles de Holleben Mello
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	José Maria Ferreira
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSB.....	Ricardo Maia
PSC.....	Chico Noroeste
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PFL - 09: Albanor Gomes - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 05: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE SETEMBRO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Ângelo Vanhoni.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido

o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações à TV PARANAENSE e ao jornal Gazeta do Povo, pelo reconhecimento no ranking “Top of Mind” - veículo de comunicação mais lembrados do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo e a TV Paranaense foram reconhecidos novamente como os veículos de comunicação mais lembrados no Estado nas categorias Jornal e programa de televisão, produzidos no Paraná. Na Quinta edição do ranking anual do “Top of Mind”, organizado pela Revista Amanhã, de Porto Alegre, em parceria com o Instituto Bonilha, ambos os veículos foram identificados como os primeiros na lembrança do leitor/telespectador.

Na TV Paranaense o destaque é para o Programa Paraná TV, que substituiu o Jornal Estadual há dois meses e o Jornal Gazeta do Povo atingiu 34,07% da preferência dos leitores em todo o Estado e é a campeã geral na categoria Jornal. Com estes resultados, os dois veículos reafirmaram sua figura de líderes em imagem no mercado de comunicação do Estado, desempenho que vem se repetindo desde o início da pesquisa no Paraná, em 1995.

A pesquisa “Top of Mind” do Instituto Bonilha e Revista Amanhã foi realizada ouvindo 1.300 pessoas em 10 cidades-pólo do Estado. Para chegar nas empresas que identificam produtos ou serviços no Paraná, o Instituto pediu aos entrevistados que respondessem espontaneamente que marca ou empresa era associada à lista de itens pesquisados. Utilizando este método, o resultado mostra quais são, na avaliação do consumidor, os símbolos que identificam setores específicos.

Pela colocação no ranking dos dois veículos de comunicação - TV Paranaense e Jornal Gazeta do Povo como os mais lembrados do Estado recebam o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao TRT - Tribunal Regional do Trabalho, pela comemoração de 23 anos de instalação no Paraná.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional do Trabalho, comemora em data de hoje, 23 anos de sua instalação no Paraná um momento muito importante para o povo paranaense.

Do início da década de 80 até hoje, muito grande foi a evolução do TRT, pois houve um aumento de 40 juntas em todas as micro-regiões do Paraná, o que causou um grande aumento de ações encaminhadas para aquele

Tribunal, que em 1979 recebeu 15.000 ações trabalhistas e em 1998 recebeu um total de 107.000 processos.

Pela comemoração dos 23 anos de instalação em nosso Estado, receba o TRT - Tribunal Regional do Trabalho, através de sua Juíza Presidente Adriana Nucci Paes Cruz, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Renato Navarro Guerreiro, Presidente da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, Brasília, Distrito Federal, reforça a reivindicação da TELEPAR e TELE CENTRO SUL, e solicita a alteração na Legislação tarifária na Região Metropolitana de Curitiba e outras cidades, com tarifa de Degrau Conurbados para tarifa local.

Considerando os avanços tecnológicos no Sistema de Comunicação, é injustificável que tenhamos que aplicar custos diferenciados aos cidadãos que ocupam o mesmo espaço urbano, quando tais municípios encontram-se ligados a uma mesma cidade, não sendo justo pagar tal ônus.

Nestes Termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Hermas Brandão, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Antonio Baratter, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin e Tiago de Amorin Novaes.

#### REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente.

Os Deputados integrantes da Bancada do PDT (Partido Democrático Trabalhista), que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, registro, nos anais da Casa, do artigo intitulado “Agora Eles Estão de Olho na Água”, de autoria do jornalista Carlos Chagas, publicado em vários jornais do Brasil no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(aa) EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS ZUK

MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dias temos recebido em nosso Gabinete Parlamentar dezenas de manifestações de entidades sociais, como sindicatos de trabalhadores e associações de proteção do meio ambiente, alertando para o Projeto de Lei 225/98, de autoria do Poder Executivo, que trata

sobre a Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Naturais do Estado. Os produtores rurais temem que seja concretizada a idéia de que venham a pagar pelo uso da água de rios, poços, lagos e minas, influenciando negativamente nos resultados de suas safras por conta da elevação do custo para manter seus plantios.

Através deste, em face da polêmica matéria, julgamos oportuno afirmarmos aos nobres parlamentares que nos manteremos atentos para que essa relevante questão de interesse público não se transforme na mais nova fonte de exploração dos grupos econômicos, em detrimento dos setores produtivos e da própria vida dos paranaenses. A propósito disso, estamos solicitando a transcrição do texto intitulado “Agora Eles Estão de Olho na Água”, de autoria do jornalista Carlos Chagas, publicado em vários jornais do Brasil no dia de hoje, o qual reforça claramente como devemos nos preocupar e que o assunto deve merecer especial atenção até mesmo diante dos interesses internacionais que vem despertando.

Propomos o presente registro e esperamos que, por toda a sua relevância e grandiosidade, o assunto venha a despertar maiores reflexões e debates na Assembléia Legislativa, para que efetivamente os interesses nacionais e populares prevaleçam.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 478/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Maringá Vôlei Clube, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Maringá Vôlei Clube foi fundada em 21 de agosto de 1997, com o objetivo da criação de um quadro de jogadores e alunos em modalidades esportivas, promovendo a modalidade esportiva do vôlei, que represente Maringá e o Estado em competições nacionais e internacionais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 479/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Astorga.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.99.

(a) BETO RICHA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, tem por finalidade desenvolver ações que concorram para o bem estar da família, assim como atendimento simultâneo da criança, gestante e nutrição, assistência alimentar à criança, gestante e lactente carente, participar na organização da comunidade com o intuito de tornar viável a todas as famílias o acesso à assistência e à saúde.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Edson Strapasson.

#### O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago a esta tribuna, hoje, um assunto que, tenho certeza, é de interesse de milhares de pessoas na grande Região Metropolitana de Curitiba e de outras regiões do Estado do Paraná. Tive a oportunidade de poder estar debatendo nesse período desde o princípio deste ano, junto com as entidades, especialmente a Associação Comercial Industrial de Colombo e outras entidades da Região Metropolitana, a alteração que a TELEPAR fez - no início deste ano - alterando, o valor tarifário, das regiões conurbadas à cidade de Curitiba.

E, evidentemente, tivemos já, no início do ano, uma discussão acirrada onde muitos empresários e lideranças não aceitavam em hipótese alguma a alteração, por questões técnicas. Naquela oportunidade, várias regiões, entre as quais, o Município de Pinhais, Colombo, parte de Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, enfim, a área da extensão da Cidade de Curitiba que, há mais de 20 anos, estava, por questões técnicas, sendo atendida através de centrais remotas como se fosse uma central Curitiba e estavam, logicamente, sendo beneficiados por uma tarifa local. Ou seja, pagava-se o mesmo valor tarifário que se pagava aqui em Curitiba. Evidentemente isso fugia ao princípio da regulamentação da ANATEL que exigia que esses municípios fossem tratados com centrais específicas pagando a tarifa conurbada, ou seja, bem superior ao valor da tarifa local.

Nesse questionamento conseguimos através das entidades sensibilizar a TELEPAR para que realmente se fizesse uma justiça, proporcionando, para que essas regiões que são, coincidentemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as regiões que têm e que abrigam as empresas de menor porte, de menor poder aquisitivo e

aquelas populações que realmente precisam de uma condição maior, uma tarifa menor.

Vejam bem, ficamos felizes, porque, apesar das pressões que se fez à TELEPAR, conseguiu sensibilizar e, neste momento, temos perante a ANATEL um pedido da TELEPAR pedindo que tenhamos nessa região tida como conurbada, e é conurbada à Capital de Curitiba, e isso vale também para Londrina/Cambé; para Maringá/Sarandi e para o Litoral.

Então a TELEPAR que hoje é concessionária está pedindo que a ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações determine e autorize que sejam praticadas nessas regiões tidas como conurbadas, a mesma tarifa que se pratica na Capital, ou seja, a tarifa local. Isso quer dizer que aquele cidadão que mora no Guaraituba, ou em Pinhais ou em São José, não será mais discriminado como se fosse o cidadão que estivesse fora dos limites das grandes cidades, e felizmente isso foi possível graças a sensibilidade da TELEPAR, que enquanto operadora, percebeu que se estava agindo na contramão da história, que ao invés de realmente buscar a integração maior das cidades, estava discriminando e segregando.

Evidentemente, nesse momento, onde a palavra chave das grandes cidades, a palavra chave dos grandes centros urbanos, é sem dúvida nenhuma a integração. Neste momento, no início deste ano, a ANATEL, exigindo que se aplicasse tarifas maiores para esses municípios, estava, sem dúvida, na contramão da história e justamente num setor onde houve os maiores avanços tecnológicos, onde as tarifas de telecomunicações deveriam estar a cada dia menores.

Peço à Liderança do PMDB.

Enquanto as tarifas de telefonias deveriam estar sendo a cada dia mais buscando a integração das grandes cidades, estávamos assistindo, Senhores Deputados, um retrocesso, fazendo com que cidadão que mora do outro lado do Rio Atuba, tivesse que pagar mais caro para se comunicar com a Capital, já que mais de 90% do fluxo, do tráfego de telecomunicações se dirige à Capital. Ficamos felizes e encaminhamos requerimento, e pedimos a esta Casa que nós, a nível de Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, peçamos definitivamente à ANATEL que agilize este processo para que tenhamos o mais rápido possível, a aplicação de tarifas locais à toda área conurbada, à toda área da Região Metropolitana de Curitiba e de outras regiões metropolitanas do Estado do Paraná.

Evidentemente, pedimos mais ainda, e não podemos conceber, e estive recentemente na TELEPAR questionando algumas expansões de áreas de tarifa básica na grande Região Metropolitana de Curitiba, e segundo informações da TELEPAR. Hoje, para se fazer uma ampliação de tarifa básica, ou seja, para não se cobrar a rede do usuário, temos que pedir autorização à TELEPAR, tem que pedir autorização à ANATEL.

Brasília deve definir se a tarifa básica, Senhores Deputados, deve expandir mil metros para um lado, 500

metros para outro. Isto é um absurdo, é um contra-senso, e numa época de abertura, de desburocratização não se pode admitir que realmente uma agência nacional possa amarrar tanto processo de avanços, e que muitas vezes entrave e atrase o processo de justiça, permitindo que a telecomunicação consiga realmente melhorar e avançar na Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná.

Então, temos de um lado a agradecer a TELECENTRO-SUL que foi sensível à questão, foi sensível aos pleitos, e encaminhou à ANATEL o pedido para que tivéssemos a justiça maior para a grande Região Metropolitana de Curitiba, e para outras regiões metropolitanas do Estado do Paraná. Para que pudéssemos ser, no mínimo justos.

E, quero dizer aqui, a TELEPAR ou TELECENTRO-SUL não está fazendo nada mais do que estava praticando há mais de 20 anos com vários municípios da região.

Era isso, Senhor Presidente, acredito que seria importante a Assembléia Legislativa encaminhar à ANATEL um expediente, no sentido de que pudéssemos realmente participar enquanto Deputados deste processo, e pedindo mais, pedindo que haja uma desburocratização para que as empresas que nesse processo de privatização ocorreu recentemente possa avançar sem ter que realmente se dirigir a cada momento, a cada questão técnica, pedir uma autorização à Brasília, que com certeza não conhece profundamente os problemas que afligem o Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Tulio.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Cumprimento Vossa Excelência pela iniciativa, pelo trabalho que faz, conhecedor profundo da dificuldade que tem o morador da Região Metropolitana, Vossa Excelência que foi Prefeito do Município de Colombo, e essa foi uma luta ainda na sua época como prefeito e de outros prefeitos junto a TELEPAR, no sentido de acabar com este abuso em que o morador da Região Metropolitana, de cidades conurbadas pagassem mais caro por uma ligação telefônica do que, propriamente, quem ligasse, naquela época de interurbano de São Paulo ou de outro Estado brasileiro. Realmente, um absurdo!

E vejo, agora, em boa hora essa sua luta, tenho certeza que nós, aqui nesta Casa, estaremos lhe dando todo o apoio possível para que essa injustiça seja, evidentemente, corrigida para que o morador da Região Metropolitana possa ter os mesmos direitos que tem o munícipe curitibano com uma tarifa condizente, que não tenha que estar arcando com um peso maior na sua telefônica.

Acho que em boa hora Vossa Excelência traz o assunto para esta Casa, tenho certeza que ao seu lado estarão os demais prefeitos da Região Metropolitana, ASSOMECA e nós aqui no sentido de darmos o apoio necessário nessa sua empreitada. Parabéns!

#### **O SR. EDSON STRAPASSON**

Muito obrigado!

Só para concluir, Senhor Presidente, gostaria de citar o seguinte: nos últimos meses, nos últimos momentos assistimos na televisão, nos meios de comunicação, realmente, uma disputa muita acirrada, especialmente nas ligações interurbanas, vamos aí, assistimos artistas de renome nacional, realmente, divulgando e fazendo propaganda para que, realmente, nas ligações interurbanas exista uma concorrência.

Gostaríamos de colocar também a preocupação com as tarifas locais, é essa a questão que deve ser acompanhada de perto, não somente agora, mas constantemente para que haja de fato uma disputa, uma concorrência e para que tenhamos benefícios, já que temos hoje, principalmente nos municípios que crescem e que têm um maior crescimento uma demanda, um déficit altíssimo na questão de assinantes que pretendem ter o seu telefone e justamente estão tendo dificuldade.

Então, é importante dizer que as tarifas locais têm que ser monitoradas e que as empresas operadoras também devem dar maior atenção, e nesse processo nós, Deputados, com certeza estaremos sempre dispostos a acompanhar esse processo.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Prefeito de Ibioporã, o Prefeito Nadir B., e o Secretário de Indústria e Comércio, Manoel de Carvalho, sejam bem-vindos à Casa.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago à Casa, nesta manhã de quinta-feira, um assunto que deve merecer a atenção de todos, em especial dos Deputados da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Já falamos sobre este assunto em sessões anteriores aqui, já acompanhamos alguns movimentos da população de bairros de Curitiba, especialmente no tocante ao Bairro da Vila Izabel, que saiu em defesa da sua integridade, da sua segurança, combatendo a possibilidade que tinham de se fazer de um distrito policial ou de um órgão da polícia uma cadeia pública em pleno bairro, praticamente central da cidade, cercado por 07 escolas e que constantemente vinha sendo motivo de fugas, colocando em risco a população daquele bairro. A população se organizou, se mobilizou e conseguiu sensibilizar o Secretário da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, para que tirasse da idéia de transformar aquele local num centro de triagem, onde sabe-se que não dava a mínima condição. E com isso o Secretário autorizou a recuperação do Centro de Triagem na Travessa da Lapa para que os presos, cerca de 180 presos, que esta-

vam amontoados num canto que não caberia 40. Da mesma forma ocorre agora o movimento da Cidade Industrial de Curitiba que tem no seu entorno um total de 547 empresas que dá um gerenciamento de ICMS para o Estado do Paraná na ordem de 25% no bolo do Estado do Paraná, uma região que proporciona aproximadamente 250 mil empregos diretos e indiretos, esta mesma Região Metropolitana contestada quando do início da sua implantação pelo então Prefeito Jaime Lerner, chamada até de “campo de golf”, no entanto hoje é o grande campo das indústrias que ali estão instaladas.

A população dessa região, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vive momentos de aflição, porque da mesma forma que se tentou implantar na Vila Izabel se tenta agora também implantar já com início de obras no 11º Distrito Policial uma cadeia pública.

Estamos vendo Curitiba, e vamos ver logo as mesmas imagens que vemos em São Paulo e no Rio de Janeiro com aquelas cadeias superlotadas de presos, já condenados, que não deveriam mais estar em Distritos Policiais e sim nas Penitenciárias.

Pois bem, nesse exato momento, Senhor, Presidente, a Ordem dos Advogados do Brasil está proporcionando uma entrevista coletiva à imprensa fazendo a entrega, e eu trago em primeiríssima mão aqui para esta Casa, um dossiê de um levantamento da precariedade dos Distritos Policiais que não foram construídos para se transformar em cadeias públicas e sim num órgão de administração pública colocado à disposição da Secretaria da Segurança para o atendimento emergencial da população, da comunidade, de que abrigaria, que era essa a proposta, de uma equipe de Investigadores, de Escrivão, de Delegado para o atendimento daquela comunidade, e da possibilidade tão somente com três ou quatro cubículos para o elemento detido para averiguação, que pela própria lei não pode ficar mais de quarenta e oito horas ali detido, se transformando num preso até que se tenha a confirmação de que ele seja culpado ou não de um crime.

No entanto, se transformaram em verdadeiras cadeias públicas, o dossiê está aqui, mostra a precariedade dos Distritos Policiais, a fragilidade dos Distritos, que para que os senhores tenham uma idéia, nós que convivemos durante muitos anos na função de repórter policial, ele apenas tem a cobertura de eternit e não tem forro, não tem nada. E aí se coloca preso condenado a 30, 40, 50, 80 anos de cadeia e se coloca num espaço desse colocando em perigo toda a população.

(Lê):

#### “EVENTO DE DIREITOS HUMANOS

Entrega de Relatório do Conselho da Comunidade sobre a condição atual da carceragem de todos os Distritos Policiais da Capital.

5ª feira - 16 de setembro de 1999

às 09:30 horas da manhã

no auditório da OAB - Rua Cândido Lopes

Durante semanas o Conselho da Comunidade formado por entidades da sociedade civil de Curitiba e do Paraná percorreu os Distritos Policiais da Capital. A situação encontrada **ATENTA CLARAMENTE CONTRA OS DIREITOS HUMANOS** e envergonha o nosso Estado.

1 - Cerca de 600 presos em Curitiba encontram-se encarcerados nos Distritos Policiais, um terço dos quais condenados e em flagrante desrespeito à lei. A autoridade que reprime o crime não pode ser a que tutela o acusado ou condenado. O tempo de manutenção dos acusados nos Distritos Policiais não poderia ser maior do que o necessário para o interrogatório (até 30 dias), a média no entanto é de um ano.

2 - Superlotação carcerária. Para cada vaga existente nos Distritos Policiais encontram-se 4 presos, comprometendo-se as condições carcerárias. A Polícia Civil, desviada de suas funções, não dispõe de estrutura, preparo técnico, qualificação humana e nem recursos financeiros para atender este tipo de demanda. Tal situação põe em risco as comunidades próximas na medida em que esses Distritos Policiais, dado a sua situação de precariedade, constituem-se em verdadeiros barris de pólvora prestes a explodirem a qualquer momento. Peço aqui também a ação da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para que se envolva nesse processo também.

3 - Flagrante violação dos Direitos Humanos. Carceragem precária, maus tratos, insalubridade, alimentação imprópria ao consumo humano (e até animal), ausência de atendimento de saúde, falta de sol e desrespeito aos familiares dos presos em visita e até denúncias de práticas de tortura constituem o cotidiano desses Distritos Policiais.

4 - Morosidade na Justiça decorrente da falta de estrutura da Vara de Execuções Penais. (Dois juízes para cerca de 80 mil processos). No cumprimento das penas não são respeitados os direitos dos presos. Pedidos de progressão para um regime mais brando e semi-aberto leva de 6 a 8 meses para a decisão. É flagrante a inexistência de assistência jurídica à maioria dos prisioneiros. Este é o grande problema, que causa este atravancamento para que esses processos possam ter uma fluidez mais rápida.

Em que pese todas essas denúncias, é preciso destacar o esforço e a dedicação dos Delegados dos 12º, 9º e 8º Distritos Policiais, cujo interesse e boa vontade no atendimento da população carcerária nenhum desses Distritos podem ser tomados como modelos.

Todos estes fatos estão denunciados no relatório que estará sendo entregue ao Exmo. Sr. Juiz Corregedor dos Presídios, Dr. Roberto Massaro, com cópia para o Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública, Secretário da Justiça e Cidadania, Corregedoria da Polícia Civil, Ministério da Justiça e outras organizações

governamentais e não governamentais do Paraná, do Brasil e do exterior.

Compõe o Conselho da Comunidade as seguintes entidades:

Pastoral Carcerária, Grupo “Tortura Nunca Mais”, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Serviço Social e Centro Acadêmico de Direito da PUC.

(a) Luiz do Nascimento Lima

Presidente do Conselho da Comunidade”

#### O SR. ALGACI TULIO

Trago esses fatos, Senhor Presidente, para chamar a atenção.

Temos em Piraquara uma penitenciária, um novo complexo construído, pronto para ser inaugurado, que certamente vai abrigar boa parte desses presos. Temos a penitenciária de Guarapuava, que seria uma penitenciária industrial pronta também, mas com a demora da sua inauguração.

Os jornais trazem hoje a informação que o Paraná pode perder verba federal para a construção de presídios. É por isso que o Secretário de Justiça José Tavares seguiu para Brasília para chegar perto dessas informações, para reivindicar todo esse numerário necessário para que possamos, na verdade, ver estas obras concluídas e o mais depressa possível, ocupadas por presos condenados.

Levanto esta bandeira aqui, já falei diretamente com o Secretário da Segurança Pública, ao diretor da Polícia Civil, que não vamos permitir a construção, a transformação de distritos policiais em Curitiba em cadeias públicas. A Cidade de Curitiba não merece, para isso temos, em Piraquara um grande complexo, uma grande área ainda disponível que vai abrigar, futuramente, a transferência da prisão provisória de Curitiba, do bairro do Ahú, para Piraquara. Enquanto isso, é necessário que se agilize este processo. Não podemos ficar nesta “lenga lenga” de soluções, de busca de alguma alternativa, enquanto isso os distritos estão lotados, as delegacias estão lotadas! A população clama por mais segurança e os policiais estão fazendo o quê? Se obrigam a deixar a população de lado, as investigações, para cuidar de presos em delegacias.

É este o apelo que faço à Comissão de Segurança Pública desta Casa, vou encaminhar este dossiê à Presidência da Comissão e também à Comissão de Direitos Humanos, para que se possa discutir esta situação, cobrar soluções. Quem sabe até convidar para uma visita à Assembléia ou até a uma dessas Comissões, o Secretário da Segurança que virá a esta Casa, logo, logo, mas também o Secretário da Justiça para que venha aqui expor as dificuldades que enfrenta na sua pasta em relação a esta questão.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, antes que passemos a discutir a Ordem do Dia, solicito a Vossa Excelência, bem como também ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que possamos, se não hoje mas quem sabe até segunda-feira, darmos ciência a este Plenário, a todos os Deputados, da data em que virá a esta Assembléia o Secretário Giovani Gionédís, se possível também o Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira.

Falo mais com referência ao Secretário Giovani Gionédís, porque este assunto foi por nós debatido inicialmente no dia 30 de junho, na Comissão de Finanças, quando se aprovou um convite para ele vir à Assembléia no dia 4 de agosto. Não pôde vir no dia 4 de agosto, se não me falha a memória, no dia 10 ou 11 de agosto, aprovamos para que ele viesse à Assembléia, em Plenário. Ficou ajustada a data do dia 30, mudada, posteriormente, para 1º, mas em função do falecimento do Presidente Anibal e dos feriados de 7 de setembro e Nossa Senhora da Luz, não se realizou essa vinda naquele período e nem na semana subsequente.

Solicito a Vossa Excelência que procure no dia de hoje, amanhã, ajustar esta data, porque todos os dias estamos vendo nos jornais, notícias, ouvindo nas rádios, na televisão, notícias que nos deixam cada vez mais preocupados em relação ao endividamento do Paraná e também as gestões que desenvolve o Governo Estadual junto ao Governo Federal, com relação a antecipação dos royalties e que até agora não estão concretizadas.

Acho realmente que deveria o Secretário comparecer a esta Casa até mesmo antes de concretizar esta operação para dizer realmente o que pretende fazer com os recursos e como vai se obter isso.

Então, é um apelo que faço a Vossa Excelência, ao Líder do Governo, para que ainda hoje, ou no mais tardar segunda-feira, que se anuncie a este Plenário o dia em que Giovani Gionédís virá a este Plenário para prestar esclarecimentos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência esclarece a Vossa Excelência que ainda no dia de hoje, juntamente com o Líder do Governo, temos uma reunião para tratar especialmente desse assunto. E, sem dúvida nenhuma esta convocação, este convite, foi aprovado pelo Plenário. Não há razão pela qual não seja marcado, o mais rápido possível, tal data.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência com base no Artigo 192, do Regimento Interno, abre prazo por três dias consecutivos, a contar da data de segunda-feira, dia 20, para oferecimento de emendas à Proposição nº 022/99, que dá nova redação ao parágrafo 3º do Artigo 61, da Constituição Estadual. Trata-se da reforma Constitucional a respeito da reeleição da Mesa Executiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/99, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Lindoeste. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J.** Apreciar neste turno emenda aprovada em 2.ª discussão. Em votação a emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Pinhal - ASCOPI, no Município de Mariluz. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J.** Apreciar neste turno, emenda aprovada em 2.ª discussão. Em votação a emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/99, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.126.250,00 (hum milhão, cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, que tem por objetivo a construção do novo Homocentro Regional de Cascavel. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que altera dispositivos da Lei nº 8766, de 24.04.88, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 09.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 408/99

#### P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 8.766, de 24.08.88, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### EMENDA CORRETIVA

#### PROJETO DE LEI Nº 408/99

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 8766 de 29.04.88, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPROMAR, com sede e foro nesta Capital”.

Sala das Comissões, em 24.08.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/99, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a APAE de Cambira, com sede e foro no Município de Cambira. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Com EMENDA da C.C.J. Aprovado (Publ. no D.A. nº 94, de 16.08.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 430/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de Lei, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE de Cambira, com sede e foro no município de Cambira.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### EMENDA CORRETIVA

#### PROJETO DE LEI Nº 430/99

#### P A R E C E R :



O artigo 1º do presente Projeto de Lei passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cambira”, com sede no Município de Cambira e foro no município de Apucarana.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Barra do Superagui, com sede no Município de Guaraqueçaba e foro na Comarca de Antonina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 96, de 17.08.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Barra de Superagui, com sede no Município de Guaraqueçaba e foro na Comarca de Antonina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado (Publ no DA nº 101, de 19.08.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 449/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 1878, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, com apoio dos Srs. Deputados Hermas Brandão, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1879 e 1880, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 409, 411, 413 e 414/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 408, 430, 441 e 449/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 212 e 252/99.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS EDGAR BUENO, LUIZ CARLOS ZUK E MOYSÉS LEÔNIDAS, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1999.

“Agora Eles estão de Olho na Água”

Carlos Chagas

TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ, 16.09.1999) - Não apenas o mundo anda para a frente. Devemos reconhecer, com muito cuidado, que para a frente também

andam a desfaçatez, a velhacaria e a exploração dos mais fracos pelos mais fortes.

Quem se dedica, por obrigação, a ficar ligado o dia inteiro nessas diabólicas telinhas da TV aberta, terá visto, de duas semanas para cá, uma curiosa publicidade institucional apresentada inicialmente pela internacional CNN, mas estendida a outros penduricalhos.

Os filmetes, transmitidos de hora em hora, ou até menos, chamam a atenção do incauto telespectador para aquele que será, dizem, o maior problema do próximo milênio: a água. Melhor dizendo, a falta dela.

Tudo muito científico, muito bem produzido e maquiado, com o objetivo de despertar a opinião pública do chamado Primeiro Mundo para o fato inequívoco de que vai mesmo faltar água no planeta, naquelas regiões não privilegiadas pela natureza, ou naquelas que cada vez mais esbanjam o líquido em objetivos menos prioritários, como alimentar lagos artificiais, fontes luminosas ou piscinas.

#### TUDO COMEÇOU NA REVISTA

Esse, sem dúvida, é mais um passo da campanha subliminar que começou dois anos atrás pelo questionamento feito pela revista "Science", dos Estados Unidos, ao fato de determinados países disporem, sem merecer, da maior parte da água potável dos cinco continentes. Para os inspiradores daquele veículo de comunicação, há uma injustiça flagrante no fato de os países amazônicos, "por exemplo", deterem um quinto da água potável do mundo, sendo que outros três estão no Pólo Norte e não podem ser utilizados, sob pena de fazer submergir a vida nos litorais, ficando o quinto espalhado pelo resto das outras bacias.

Aqueles que financiam essa importante revista avançaram mais, sugerindo que o Peru, o Equador, a Colômbia e, especialmente, o Brasil, não têm o direito de possuir tanta água, que, afinal, "serve apenas a 25 milhões de pessoas, quando quase três bilhões estão a um passo da sede".

Assim, reforçaram profundamente a teoria da nossa soberania relativa sobre a Amazônia, já defen-

dida por Bill Clinton, Al Gore, Joh Major, e, um pouco antes, por Margaret Thatcher, François Mitterand e Mikail Gorbachev: os países pobres devem arcar com as dificuldades geradas pela própria pobreza, mas, quando se trata de riqueza, precisam entregá-la aos países ricos.

#### DISFARÇANDO O ALVO PRINCIPAL

Tem azeitona nessa empada. O alvo agora é a água, como já foram e continuam sendo a floresta e o subsolo amazônico. Alinham fantástica estatísticas sobre os bilhões de litro que a cada segundo são despejados no Atlântico pelo Rio Amazonas. Na impossibilidade física de abrirem um canal ligando Manaus ou Belém do Pará a Nova York, muito menos sem vontade de pagar pelo conteúdo que poderia ser levado em imensos petroleiros transformados em aguadeiros, pretendem mesmo ocupar a região atravessada pelo maior curso d'água da Terra. Para isso, nada melhor do que fazer a cabeça dos incautos, porque a publicidade referida atinge todo cidadão que se dispuser a ficar diante da telinha. "Tão poucos com tanta água? Não pode, em nome da justiça universal e planetária..."

A seco, a campanha pela internacionalização da amazônia já ia de vento em popa, mas, molhada, ameaça inundar a paciência de todos nós. Porque se temos água, como outros têm petróleo, a solução seria que comprassem a nossa água, como nós compramos o petróleo deles. Ou suas máquinas, sua tecnologia, suas guloseimas, suas lanchas e aviões e até seu macarrão. Convenhamos, o lobo continua cada vez mais esperto. Suas razões agora vêm envoltas em campanhas publicitárias e de marketing, destinadas a convencer a maioria carente da água que não tem, e que temos, de que ela não nos pertence, mas à Humanidade...

Seria desejar demais que pelo menos agora, desta vez, nossas elite burras, malandras e empedernidas se conscientizassem de que não poderão importar indefinidamente a água Perrier para beber. Um dia também verão seus filhos com sede.